



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Psicologia	Semestre: 2021.2	Turma: 06319
Disciplina: PSI 5630 - Psicologia Jurídica	Horas/aula semanais: 04	Horário: 3.1330-4
Professora: Andréia Isabel Giacomozzi	E-mail: agiacomozzi@hotmail.com	Sala: Google Meet
Pré-requisitos e equivalência: N/A	CH Total: 72 h aula (teórica)	CH Prática: 0
Disciplina Obrigatória	Equivalência: -	PCC N/A

II. EMENTA

Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção. Estado da arte do conhecimento psicológico nas relações com a Justiça, o Direito e a Lei. Noções do Direito necessárias a formação e capacitação do psicólogo que atua no campo jurídico. O papel do psicólogo nas organizações da justiça. Psicologia Jurídica e Direito Civil. Psicologia Jurídica no âmbito da Infância e Juventude. Psicologia Jurídica e Direito de Família. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Métodos não-adversariais de resolução de conflitos. A perícia psicológica no contexto judiciário. Aspectos éticos e documentos legais em Psicologia Jurídica.

III. TEMAS DE ESTUDO

- Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção
- A inserção do psicólogo na carreira jurídica. Atribuições e Normas CRP
- Psicologia e Criminologia
- Perícia e Laudos Psicológicos- Avaliação Psicológica
- Direito de Família - Guarda Compartilhada
- Alienação Parental.
- Psicologia jurídica no âmbito da infância e juventude.
- Abuso sexual
- Medidas sócio-educativas
- Divorcio e Mediação Familiar
- Violência Doméstica – Políticas, leis, trabalho com vítimas e agressores
- Psicologia Policial
- Autópsia Psicológica

IV. OBJETIVOS

Desenvolver competências e habilidades dos alunos para:

- 1) Identificar conceitos e fundamentos da ciência psicológica que contribuem na compreensão dos fenômenos jurídicos.
- 2) Delimitar o objeto e as áreas de abrangência da Psicologia Jurídica no contexto do Direito;
- 3) Distinguir as implicações técnico-científicas e éticas decorrentes da relação entre Psicologia e Direito;
- 4) Conhecer as diferentes possibilidades profissionais neste campo em organizações de justiça

V. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA

OBS: As atividades síncronas ocorrerão sempre nas terças-feiras às 14:00h

Semana	Data	Conteúdo	Referência	Método/recurso
1	26/10	Apresentação da disciplina : Programa, conteúdos, avaliações.	Texto: LAGO, V. de M. et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estudos de Psicologia , 26(4), p. 483-491, out./dez. 2009.	- Assíncrona: Leitura prévia das referências indicadas e video: https://www.youtube.com/watch?v=IILPtufMmZQ&t=102s preferencialmente antes da aula síncrona (2 h) - Síncrona: Google Meet (dúvidas) (2h) - Assíncrona: Conteúdo gravado da atividade síncrona Total - 4h
2	02/11	Relação entre Psicologia e o Direito (FERIADO) Fazer a leitura durante a semana	Texto: MOREIRA, L.E. e SOARES, L.C.E.C. O que a Psicologia Social tem a dizer ao campo jurídico? . In: SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho; MOREIRA, L. E. . Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça. 1. ed. Florianópolis: ABRAPSO, 2020, p.12-20. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=10992	-Assíncrona (2 h): Leitura prévia das referências indicadas e video https://www.youtube.com/watch?v=jvn7cpg3KRc -Assíncrona (2h): Leitura prévia das referências indicadas

				Total 4 h
3	09/11	<i>Temas em Psi. Jurídica</i> <i>Psicologia Policial</i> <i>Psicóloga convidada</i>	Soria-Verde, M. A. (2010). La psicología policial. Em: M. A. Soria-Verde. (org.). Manual de Psicología Jurídica e investigación criminal (pp.167-188). Madrid: Psicología Pirámide. Werlang, B. G. (2000). Avaliação retrospectiva: autópsia psicológica para casos de suicídio. Em: J. A. Cunha, Jurema Alcides (org.) Psicodiagnóstico - V (pp.196-201) Porto Alegre: Artes Médicas.	- Assíncrona (2 h): Leitura prévia das referências indicadas; Realização da Atividade de consolidação via Forum do Moodle para aferição de frequência (1,0 pt); - Síncrona: Google Meet (convidada) 2h - Assíncrona: Conteúdo gravado da atividade síncrona Total 4h
4	16/11	<i>Laudos Psicológicos e avaliação psicológica (noções básicas)</i>	Rovinski, S. L. (2004). Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor. Barreto, N. A.; Silva, P. R. M. (2011). Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário. Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf_197 CFP. Resolução perícia/assistente técnico.(2010 e 2012) http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf Resolução sobre documentos do CFP https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no	- Assíncrona (2h): Leitura prévia das referências indicadas; - Assíncrona: Atividade de consolidação- no fórum via moodle (para registro de frequência - 1,0 pt) 2H - Total 4h

			-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?q=006/2019	
5	23/11	<i>Temas em Psi. Jurídica</i> <i>Medidas sócio educativas</i> <i>Psicóloga convidada Mestranda Gabriele Pressoto</i>	Brito, L. M. T. (2007). Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>. 23 (2), 133-138. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a03v23n2.pdf Scisleski, A.C.C., Reis, C., Hadler, O., Weigert, M.A.B., Guareschi, N.M.F. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. <i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i>; Rio de Janeiro, 64 (3), 19-34. Disponível em: http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/774 COLTRO, B. ; GRASSI, G. O. ; GIACOMOZZI, Andréia Isabel ; ROSA, T. S. . O trabalho do psicólogo com grupo de adolescentes em privação de liberdade. <i>Estudos interdisciplinares em psicologia</i>, v. 10, p. 228, 2019.	- Assíncrona (2h): Leitura prévia das referências indicadas; - Síncrona: Google Meet (convidada) 2h Total 4 h
6	30/11	Atuação nas Varas de Família	Texto: Bhone & Lourenço (2012), Síndrome de alienação parental (SAP): uma discussão crítica do ponto de vista da psicologia. <i>Fonseca</i> (2006). Síndrome de alienação parental. <i>Pediatria (São Paulo)</i> 28(3), 162-8.	- Assíncrona (2h): Leitura prévia das referências indicadas e vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=6FVjQvVqbtC Assíncrona 2hs: Conteúdo gravado da atividade síncrona

				Atividade de consolidação- 2hs Escrever um parágrafo sobre a atuação do Psicólogo nos processo de guarda via fórum do Moodle (para registro de frequência) - (2,0 pt); Total 6 h
7	07/12	Atuação em Varas de Família	NEGRAO, N. ; GIACOMOZZI, Andréia Isabel. A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. Liberabit (Lima), v. 21, p. 103-114, 2015.	- Assíncrona (2h): Leitura prévia das referências indicadas; - Síncrona: Google Meet (conteúdo e dúvidas) 2h - Total 4h
8	14/12	Depoimento Especial	https://mpap.mp.br/images/infancia/t%C3%A9cnicas de entrevista in investigativa-1.pdf Texto: Giacomozzi, A. I. Eidt, B.H. ; JUSTO, A. M. ; MADEIRA, J. . Representações Sociais de operadores do Direito e técnicos do Judiciário acerca do Depoimento Especial. PSICOLOGIA ARGUMENTO (PUCPR. IMPRESSO), v. 38, p. 489-508, 2020. https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/26080	Assíncrona 2h: leitura das referencias indicadas (2h) e Assistir o video: https://www.youtube.com/watch?v=5OhKH58cYU8 Total 2 h
Recesso: 19 de dezembro de 2021 a 30 de janeiro de 2021.				
9	01/02	Psicologia Jurídica e atuação nas Varas de Infância (Adoção) Psic convidada Doutoranda Juliana Fiorott	Giacomozzi, A. I; Nicoletti, M. & Godinho, E. (2015). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. Psychologica, v.58, n1. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_58-1_3 .	- Assíncrona: leitura das referencias indicadas (2h) - - Síncrona: Google Meet (exposição de conteúdo e dúvidas); 2 horas ; Total - 4 horas

			Miranda, P. ; FIOROTT, J. ; GIACOMOZZI, Andréia Isabel ; Bousfield, A.B. . ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DA PARENTALIDADE ADOTIVA: NOTAS SOBRE EXPERIÊNCIAS GRUPAIS. Revista Nova Perspectiva Sistêmica, v. 29, p. 85-97, 2020.	
10	08/02	Psicologia Jurídica e atuação nas Varas de Infância - Violência contra crianças e adolescentes	Cartilha: https://www.catulapelisoli.com/canalproteja Nicoletti, M.; Giacomozzi, A. I.; Cabral, M. F. (2017) Análise de dois estudos de casos de abuso sexual cometido por mães. Revista de Psicologia Vol. 35 (2), 2017 (ISSN 0254-9247). Disponível em https://dx.doi.org/10.18800/psico.201702.002	- Assíncrona: (2 h) Leitura das referências indicadas; - Síncrona 2h- Google meet - Duvidas e exposição de conteúdo Total 4 horas
11	15/02	<i>Violência doméstica contra mulher</i> Convidada Doutoranda Maíara Leandro <i>Questões de gênero</i>	Beiras, A.; Moraes, M.; Alencar-Rodrigues, Cantera Espinosa, L. (2012) Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. Psicologia & Sociedade, 24(1), 36-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100005 Alencar-Rodrigues, R. Cantera, L. (2012). Violência de gênero em casais: Uma revisão teórica. Revista Psico, 42, 1, 116-126. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11106/7626	- Assíncrona (2 horas): Leitura prévia das referências indicadas; - Síncrona 2h: Google Meet (exposição de conteúdo pela convidada); Total 4 horas
12	22/02	Psicologia e método de resolução de		Assíncrona (2h): Leitura prévia das referências indicadas e

		conflitos - mediação, arbitragem e conciliação		assistir o video: https://www.youtube.com/watch?v=WtNgL983PgY Assíncrona 2h: Conteúdo gravado da atividade síncrona Atividade de consolidação - Escrever um parágrafo sobre a importância dos métodos de resolução de conflitos dando exemplos via fórum do Moodle – 2hs (para registro de frequência) - (1,0); Total 6 horas
13	01/03	FERIADO		
14	08/03	Entrega e apresentação da atividade avaliativa final - Escolher uma das sentenças judiciais e fazer uma análise a luz da Psicologia Jurídica.		- Síncrona (2 horas): Google Meet (Apresentação dos trabalhos finais); 2 horas Assíncrona: Conteúdo gravado da atividade síncrona (2 horas). Preparação trabalho final - 8 horas assíncronas Total 12 h
15	15/03	Continuação da apresentação s	Nicoletti, M.; Giacomozzi, A. I.; Cabral, M. F. (2017) Analise de dois estudo de casos de abuso sexual cometido por mães. Revista de Psicologia Vol. 35 (2), 2017 (ISSN 0254-9247). Disponível em https://dx.doi.org/10.18800/psico.201702.002	- Síncrona: 2 horas Google Meet - Assíncrona - 2 horas - material gravado Total 4h
16	22/03	Nova Avaliação		- Síncrona 2h: esclarecimento de dúvidas

				- Assíncrona: 4 horas);
Total 72hs – Assíncronas = 52hs Síncronas = 20hs				

*Plano de ensino adaptado, em caráter excepcional e transitório, para substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus – COVID-19, em atenção às resoluções normativas nº 140/2020/CUn, nº149/CUn/2021, nº 6/2021/CUn, à portaria normativa nº. 405/2021/GR e ao Ofício Circular nº 003/2021/PROGRAD/SEAI de 20 de abril de 2021, que dispõem sobre as atividades de ensino não presenciais na UFSC.

VI. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Considerando o contexto e normatização da Resolução 140/2020/CUn:

- Leitura dos textos obrigatórios
- Exposições orais, Discussão e Debates (por meio de recursos digitais);
- Vídeos (links disponibilizados via moodle);
- Estudos dirigidos e outras atividades de consolidação via moodle;
- Fóruns de Discussão via Moodle.

Ferramentas de ensino remoto: Será utilizado o Moodle para todas as atividades, incluindo seus recursos disponíveis. E o google Meet para os encontros síncronos. O link para as atividades síncronas será disponibilizado no Moodle e ocorrerão no dia e horário da disciplina, conforme o CAGR.

VII. AVALIAÇÃO

- Serão realizadas 3 atividades de consolidação do conteúdo para aferição de frequência e valendo 1 ponto cada uma. A soma das atividades totalizará uma das notas do estudante (**Nota 1 - peso 3**) e no dia 10/03/22 o estudante deverá entregar o trabalho final da disciplina que será uma análise de sentença judicial que utilizou laudo psicológico em sua decisão (**Nota 2 - peso 7**), a soma das duas notas será a nota final do estudante.

VIII. NOVA AVALIAÇÃO

Conforme previsto no Artigo 70, parágrafo 2º da Resolução 017/CUn/97 (Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC), terá direito a uma nova avaliação, ao final do semestre, o aluno com frequência suficiente (FS) e média das avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco). A nota final, neste caso, será o resultado da média aritmética entre a média das avaliações

do semestre e a nota obtida pelo aluno nessa nova avaliação, conforme previsto no Artigo 71, parágrafo 3º da citada Resolução.

IX. REGISTRO DE FREQUÊNCIA

O registro de frequência será realizado por meio da participação e **entrega das atividades assíncronas** (avaliativas e não avaliativas) indicadas no cronograma da disciplina, respeitando o período de entrega. Não será obrigatória a frequência nas atividades síncronas, as quais ficarão gravadas e poderão ser acessadas posteriormente

X. BIBLIOGRAFIA - Será disponibilizada em pdf ou o link para acesso direto na internet no moodle.

IX. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Alencar-Rodrigues; R. Cantera, L. (2012). **Violência de gênero em casais: Uma revisão teórica.** Revista Psico, 42, 1, 116-126. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11106/7626>

Amendola, M. (2008). **As falsas denúncias de abuso sexual de pais contra filhos: caminhando na contramão.**

Brito, L. (Org.). (____). **Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica.** RJ: Eduerj, p. 159-186.

Barreto, N. A.; Silva, P. R. M. **Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário.** Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf_197

Beiras, A. (2009). **Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha.** En S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção (pp. 129-144). São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.

Beiras, A.; Moraes, M.; Alencar-Rodrigues, Cantera Espinosa, L. (2012). **Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas.** Psicologia & Sociedade, 24(1), 36-45.

Brito, L. M. T. de ; Beiras, A. ; Oliveira, J. D. G. (2012). **Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais.** Cuadernos de Psicologia, v. 14, p. 25-36, 2012. Disponível em: <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1134/860>

Brito, L. M. T de. (2008) . **Diga-me agora... O depoimento sem dano em análise.** Psicologia Clínica, v. 20, p. 113-126, 2008.

Brito, L. M. T de. (2012). **Anotações sobre a Psicologia jurídica.** Psicologia Ciência e Profissão. 32, 194-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca14.pdf>

Brito, L. M. T. de.; Gonsalves, E. N. (2013). Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. Rev. direito GV, São Paulo , v. 9, n. 1. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322013000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Feb. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322013000100011>.

Coltro, B; Giacomozzi, A. I.; Peixono, K. (2017) **Avaliação psicológica em processos judiciais de abandono afetivo: conflitos familiares e as demandas do judiciário**. Quaderns de Psicologia, Vol. 19, No 3, 287-298 ISSN: 0211-3481. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1422>

Costa, F. No.; Cruz, R. M. (2005). **Atuação de Psicólogos em Organizações de Justiça do Estado de Santa Catarina**. Em R. M. Cruz, S. K Maciel, D. C. Ramirez (org). O trabalho do Psicólogo no campo Jurídico (pp.19-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cruz, R.; Maciel, S.; Ramirez, D. (orgs.). (2005). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Giacomozzi, A. I; Nicoletti, M. & Godinho, E. (2015). **As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção**. Psychologica, v.58, n1. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_58 -1_3.

Martins, S. Prado F, Kleber. (2012). **Relações arqueológicas entre criminologia e psicologia: a emergência de discursos e práticas**. Em: S. Martins, A. Beiras, R. M. Cruz (Orgs). Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto criminal/penal. São Paulo: Vetor.

Martins, S.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2012). **Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto penal/criminal**. São Paulo: Vetor.

Müller, F. G.; Beiras, A.; Cruz, R. M. (2007). **O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina**. Aletheia, n. 26, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a16.pdf> Acesso em 12-02-2015.

Nicoletti, M.; Giacomozzi, A. I.; Cabral, M. F. (2017) **Análise de dois estudos de casos de abuso sexual cometido por mães**. Revista de Psicologia Vol. 35 (2), 2017 (ISSN 0254-9247). Disponível em <https://dx.doi.org/10.18800/psico.201702.002>

Rovinski, S. L. (2004). **Fundamentos da perícia psicológica forense**. São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R. (2009). **Psicologia Jurídica no Brasil na América Latina: Dados Históricos e suas repercussões quanto a avaliação Psicológica**. Em Rovinski, Sonia Liane Reichert; Cruz, Roberto Moraes (Org.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção.(pp.11-22). São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R.; Cruz, R. M. (2009). **Psicologia Jurídica – perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vektor. Número de chamada na Biblioteca Central : **34:159.9 P974 (10 exemplares disponíveis)**.

Sousa, A.; Brito, L. (2011). **Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira**. Psicologia Ciência e Profissão, vol.31, no.2, Brasília,, p. 268-283.

Soria-Verde, M. A. (2010). **La psicología policial**. Em: M. A. Soria-Verde. (org.). Manual de Psicología Jurídica e investigación criminal (pp.167-188).Madrid: Psicología Pirámide.

TSUNEMI NEGRAO, Natalia; ISABEL GIACOMOZZI, Andréia. A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. liber., Lima, v. 21, n. 1, enero 2015 . Disponible en <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272015000100010&lng=es&nrm=iso>. accedido en 20 jul. 2016.

TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores do direito. 5. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. 711 p. ISBN 9788573487480.

Número de chamada na Biblioteca Central: 343.95 T588m 5.ed.rev.a.a. (10 exemplares disponíveis)

Resoluções do CFP:

Sobre a realização de perícia, produção e análise de documentos:
<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-017-122.pdf>

Sobre a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência:
<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-010-10-com-par-ecer-sobre-suspens%C3%A3o-judicial.pdf>

Sobre a atuação do Psicólogo como perito e assistente técnico no poder Judiciário:
http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf

Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo Psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica:

<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-6-2019-institui-regras-para-a-elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pela-o-psicologa-o-no-exercicio-profissional-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-15-1996-a-resolucao-cfp-no-07-2003-e-a-resolucao-cfp-no-04-2019?q=006/2019>

X. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Andrade, C.R.de. (2009). **Os litígios conjugais à luz da psicanálise: da repetição sintomática à responsabilização subjetiva na prática da mediação de conflitos**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientadora: Márcia Stengel. Co-Orientadora: Ilka Franco Ferrari. Belo Horizonte, 2009. 133 f.

Beiras, A. Cantera, L. (2012). **Narrativas personales, construcción de masculinidades – aportaciones para la atención psicosocial a hombres autores de violencia**. Psico, 43 (2), 251-259.

Toneli, M. J. F., Lago, M. C. S., Beiras, A., & Clímaco, D. A. (2010). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas**. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.

Trindade, J. (2004). **Manual de Psicologia Jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Huss, M. T. (2011). **Psicologia Forense – pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: Artesmed.

Gonçalves, H. S.; Brandão, E. P. (2005). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU.

Gomes, M. M. (2007). **Contribuição da Psicologia Policial ao gerenciamento de situações críticas: Um diálogo entre a Psicanálise e a Polícia**. Paraná: PUC-PR. Disponível em: http://www.acadepol.sc.gov.br/index.php/download/doc_view/50-a-contribuicao-da-psicologia-policial-ao-gerenciamento-de-situacoes-criticas-um-dialogo-entre-a-psicanalise-e-a-policia

Soria-Verde, M. A. (2011). **Manual de Psicología Jurídica, Forense y Criminal**. Barcelona: Universitat de Barcelona.

Soria-Verde, M. A. (2006). **Psicología Jurídica. Un enfoque criminólogo**. Madrid: Delta Publicaciones.

X. ATENDIMENTO AOS/ÀS ESTUDANTES

O horário de atendimento extraclasse deverá ser previamente agendado pelo email: agiacomozzi@hotmail.com.

SOBRE DIREITO AUTORAL E DE IMAGEM

1-Respeite o material produzido pelo seu professor. Se utilizar, referencie. Não faça cópia e divulgação não autorizada.

Sobre conteúdos gravados: além de direitos autorais, podem envolver o direito de imagem tanto do professor quanto dos discentes envolvidos. O uso da imagem exige autorização da pessoa envolvida. Videoaulas e/ou gravações serão produzidas especificamente para essa disciplina/turma, para utilização na plataforma xxxxxx. Sua reprodução e divulgação não está autorizada.

2- Não será permitido gravar, fotografar ou copiar as aulas disponibilizadas no Moodle. O uso não autorizado de material original retirado das aulas constitui contrafação – violação de direitos autorais – conforme a Lei nº 9.610/98 –Lei de Direitos Autorais.

*Plano de ensino adaptado, em caráter excepcional e transitório, para substituição de aulas presenciais por aulas remotas, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus – COVID-19, em atenção à Portaria MEC 344, de 16 de junho de 2020.

Sobre a conduta dos discentes:

- a) Espera-se dos(as) discentes condutas adequadas ao contexto acadêmico. Atos que sejam contra: a integridade física e moral da pessoa; o patrimônio ético, científico, cultural, material e, inclusive o de informática; e o exercício das funções pedagógicas, científicas e administrativas, poderão acarretar abertura de processo disciplinar discente, nos termos da Resolução nº 017/CUn/97, que prevê como penalidades possíveis a advertência, a repreensão, a suspensão e a eliminação (desligamento da UFSC).
- b) Devem ser observados os direitos de imagem tanto de docentes, quanto de discentes, sendo vedado disponibilizar, por quaisquer meios digitais ou físicos, os dados, a imagem e a voz de colegas e do(a) professor(a), sem autorização específica para a finalidade pretendida e/ou para qualquer finalidade estranha à atividade de ensino, sob pena de responder administrativa e judicialmente.
- c) Todos os materiais disponibilizados no ambiente virtual de ensino/aprendizagem são exclusivamente para fins didáticos, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade, sob pena de responder administrativa e judicialmente.
- d) Somente poderão ser gravadas pelos discentes as atividades síncronas propostas mediante concordância prévia dos docentes e colegas, sob pena de responder administrativa e judicialmente.
- e) A gravação das aulas síncronas pelo(a) docente deve ser informada aos discentes, devendo ser respeitada a sua liberdade quanto à exposição da imagem e da voz.
- f) A liberdade de escolha de exposição da imagem e da voz não isenta o(a) discente de realizar as atividades avaliativas originalmente propostas ou alternativas, devidamente especificadas no plano de ensino.
- g) Os materiais disponibilizados no ambiente virtual possuem licenças de uso e distribuição específicas, a depender de cada situação, sendo vedada a distribuição do material cuja licença não o permita, ou sem a autorização prévia dos(as) professores(as) para o material de sua autoria."